



OURIBANK S.A. BANCO MÚLTIPLO

CNPJ: 78.632.767/0001-20

Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2025





Sumário

Relatório da Administração	3
Relatório de Auditoria	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	11
Demonstração do Fluxo de Caixa	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre em 30 de junho de 2025.

O Ouribank S.A. Banco Múltiplo (“Ouribank”) é movido por performance para impulsionar tanto seus negócios como os de seus clientes e parceiros, entregando experiência, confiança e atendimento fluido e especializado para impulsionar nossos clientes e a carreira dos nossos colaboradores e talentos. Em 2025 continuamos nossos esforços estratégicos para nos posicionar como um banco completo, tecnológico e próximo aos nossos clientes.

No primeiro semestre de 2025, a economia mundial apresentou sinais de recuperação moderada. A estimativa de crescimento global estabilizou-se em 3,0%, refletindo a diminuição das pressões inflacionárias e os efeitos das políticas monetárias mais flexíveis adotadas por alguns bancos centrais. No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025 em relação ao período anterior, acumulando alta de 3,5% nos quatro trimestres encerrados em março. A taxa de desemprego caiu para 5,8% no segundo trimestre o menor nível em mais de uma década, com a criação de mais de 1 milhão de postos de trabalho em comparação ao ano anterior. Por outro lado, a inflação acelerou: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou 5,23% nos 12 meses encerrados em julho de 2025, frente aos 4,50% registrados no mesmo período do ano anterior. Esse cenário levou o Banco Central a manter a taxa Selic em 15% ao ano. No campo fiscal, persistem os desafios, com o governo sob pressão para adotar medidas de austeridade e conter o déficit orçamentário, em um momento sensível do cenário internacional, marcado pela política tarifária dos Estados Unidos.

Em relação ao desempenho financeiro, o Ouribank reportou lucro líquido de R\$ 104 milhões de reais, crescimento de 46,7% em relação a 2024. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 86,8%. A Moody’s atribuiu ao Ouribank o rating de A.br com perspectiva positiva.

Sobre nós

Com mais de 40 anos no mercado, Ouribank é um banco completo, líder em serviços especializados de câmbio. Com compromisso de transparência, seriedade e inovação, o Ouribank atendeu mais de 800 mil clientes e superou a marca de 1,92 milhão de operações de câmbio, totalizando mais de R\$ 71,22 bilhões de reais transacionados. A história do Ouribank é marcada pela excelência no atendimento personalizado, refletindo seu compromisso em inovar, trazer eficiência e superar as expectativas dos clientes. Desde o início, até hoje, a inovação orienta o negócio, o jeito de fazer e as possibilidades que oferecemos aos clientes. Assim, o Ouribank caminha para o futuro e potencializa as oportunidades.

Pessoas, Responsabilidade Social e Sustentabilidade

O Ouribank tem orgulho da colaboração entre áreas, equipes e pessoas que nos mantêm consistentes em tudo o que fazemos. É por meio dessa integração que conseguimos otimizar nossos fluxos de trabalho, trazer experiências e atendimento fluido para os clientes e, automaticamente, atingir resultados maximizados.

Dentro do olhar de pessoas, seguiu investindo na capacitação e bem-estar de seus colaboradores. Essa proximidade nasce de dentro do Ouribank, pois, as pessoas vêm em primeiro lugar. É assim que se entende fomentar um ambiente de trabalho positivo para todos e ampliarmos nossos relacionamentos.

Com uma equipe talentosa e engajada de 452 profissionais, o Ouribank cresceu proporcionando mais oportunidades e desafios para todos. Destaca-se iniciativas como a Universidade Ouribank, que oferece cursos



de treinamento interno, além de oferecer programas de estudos para Graduação, Pós-Graduação ou *MBA*. Além disso, apoiamos o processo de certificações tão relevante em nossa atuação, somos cuidadosos com os programas regulatórios e, também, temos um *pool* de cursos obrigatórios. Hoje mais de 70% dos colaboradores são certificados com ABT1 e 2, além de outras certificações requeridas pelos reguladores.

Agradecimentos

A Administração do Ouribank agradece aos seus clientes, parceiros e fornecedores o indispensável apoio e a confiança em nosso trabalho e, em especial, aos nossos colaboradores que tornaram possível o nosso desempenho.

São Paulo, 16 de setembro de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores do Ouribank S.A. Banco Múltiplo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Ouribank S.A. Banco Múltiplo (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis do Ouribank S.A. Banco Múltiplo (Banco), em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfâse – Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

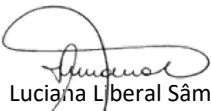
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8



Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º ao 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2025	Passivo	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2025
Disponibilidades	7	394.803	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		1.850.349
Caixa e Equivalentes de Caixa		392.282	Depósitos	16a	1.055.057
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.521	Obrigações por Operações Compromissadas	17	43.606
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		963.085	Outros Instrumentos de Dívida	18	31.821
Relações Interfinanceiras	9	249.078	Relações Interfinanceiras	19	300
Operações de Crédito	10a	731.729	Relações Interdependências - Ordens de pagamento	20	327.437
(-) Prov. p/perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10e/10g	(23.667)	Outros Passivos Financeiros	21	392.128
Outros Ativos Financeiros	11	5.945	Passivos Financeiros ao Valor Justo		70.015
Ativos Financeiros ao Valor Justo		964.831	Por Meio do Resultado		70.015
Por Meio do Resultado		334.746	Instrumentos Financeiros Derivativos	9a	70.015
Títulos e Valores Mobiliários	8a	4.816	Outras Provisões	22	683
Instrumentos Financeiros Derivativos	9a	329.930	Obrigações Fiscais Diferidos	23	155.257
Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (PL)		630.085	Patrimônio Líquido	25	299.677
Títulos e Valores Mobiliários	8a	630.085	Capital Social		111.000
Ativos Fiscais Diferidos	12	29.689	Reserva de Lucros		188.279
Outros Valores e Bens	13	6.688	Outros Resultados Abrangentes	25e	398
Investimentos		30.619			
Imobilizado de Uso	14	9.157			
Intangível	15	21.462			
Depreciações e Amortizações		(13.734)			
(-) Depreciações Acumuladas	14	(5.866)			
(-) Amortizações Acumuladas	15	(7.868)			
Total		2.375.981	Total		2.375.981

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



O banco que abre o mundo

Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º ao 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2025
Receitas das Intermediações Financeiras		<u>751.563</u>
Operações de Crédito	10f	24.129
Resultado de Operações de Câmbio	11a	654.651
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	8b	72.783
Despesas das Intermediações Financeiras		<u>(216.376)</u>
Despesas com Captação	16b	(78.557)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	9b	(122.028)
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de crédito		(15.791)
Resultado da Intermediação Financeira		<u>535.187</u>
Outras Despesas/Receitas Operacionais		<u>(342.341)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	26	25.882
Despesas de Pessoal	27	(93.031)
Outras Despesas Administrativas	28	(247.903)
Despesas Tributárias	29	(38.596)
Provisões com contingências		(443)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	30	11.750
Receitas Não Operacional		102
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação	24	<u>192.948</u>
Ativo/Passivo Fiscal Diferido		(86.383)
Participações no Lucro	24	(1.962)
Lucro Líquido do Semestre		<u>104.603</u>
Nº de Ações	25a	6.824.602
Lucro Líquido por Ação - em R\$		15,33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º ao 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2025
Lucro Líquido do Semestre		104.603
Outros resultados abrangentes do período que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos		693
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25e	1.260
Impostos e Contribuições		(567)
Resultado Abrangente do Semestre		105.296
Nº de Ações	25a	6.824.602
Resultado Abrangente do Período por Ação - em R\$		15,43

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º ao 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais

Nota Explicativa	Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Especiais			
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	111.000	19.541	64.138	(295)	-	194.384
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	104.603	104.603
Destinação das Reservas de Lucros:						
- Reserva Legal	25b	-	2.659	-	(2.659)	-
- Reserva Especial de Lucros	25d	-	76.455	-	(76.458)	(3)
- Dividendos	25e	-	25.486	-	(25.486)	-
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25e	-	-	693	-	693
Saldos em 30 de Junho de 2025	111.000	22.200	166.079	398	-	299.677

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º ao 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		192.948
Ajustes ao Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		(98.142)
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de crédito		15.791
Participações no Lucro		(1.962)
Marcação a Mercado dos Instrum.Fin.Derivativos		(111.278)
Depreciações e Amortizações	28	2.640
Provisões com contingências	22	443
Resultado das Variações Cambiais não Realizadas		(3.776)
Variação em Ativos - (Aumento) / Diminuição		2.858.494
Títulos e Valores Mobiliários		38.691
Relações Interfinanceiras		(35.998)
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.813.220
Operações de Crédito		(499.643)
Outros Ativos Financeiros		528.184
Ativos fiscais Correntes		18.775
Outros Valores e Bens		(4.735)
Variação em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)		(3.215.730)
Depósitos		(148.437)
Obrigações por Operações Compromissadas		29.207
Outros Instrumentos de Dívida		31.821
Relações Interfinanceiras		(42)
Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.476.067)
Relações Interdependências - Ordens de pagamento		(556.231)
Outros Passivos Financeiros		(43.932)
Obrigações Fiscais Correntes		(41.742)
Outras Provisões		(1.064)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(9.243)
Caixa Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais		(262.430)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição Imobilizado de Uso		(2.444)
Aquisição Intangível		(1.563)
Caixa Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(4.007)
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(266.437)
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo no início do período	7	661.240
Saldo no final do período	7	394.803
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(266.437)
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.		



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Ouribank S.A. Banco Múltiplo (“Ouribank ou Banco”), controlado pela Ourinvest Investimentos Holding Financeira S.A, mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (Bacen), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ouribank - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras: (i) Comercial; (ii) Investimento; e (iii) Crédito e Financiamento, também possuindo autorização para atuar no mercado de câmbio. Além disso, o Banco realiza atividade de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e em consonância com a Legislação Societária, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.941/09 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas sobre o pressuposto da continuidade operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e da Lei das Sociedades por Ações, e são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 16 de setembro de 2025.

3 Adoção de novas normas

a. Transição para a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução CMN nº 4.975/21

O Ouribank adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025.

As seguintes normas e interpretações são aplicáveis:

Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48).

A Resolução CMN nº 4.975/2021: dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Ouribank e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);



- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o Ouribank não tem mais expectativa de recuperação; e
- Instruções Normativas BCB nº 493 a 543 de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

b. Adoção inicial

O Ouribank adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida à conta de sobras acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota “5”.

4 Descrição das principais práticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao semestre de 30/06/2025.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.



b. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional) Reais-Brasil.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a provisão para contingências e a marcação a mercado de instrumentos financeiros, derivativos e a projeção de realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas mensalmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por saldos em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias, a contar da data de aplicação, e baixa probabilidade de alteração do seu valor.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (hedge). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

h. Classificação dos Ativos Financeiros e dos Instrumentos Financeiros e Derivativos

- **Custo Amortizado (“CA”):** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”):** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e



- **Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”):** o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mentidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, o Ouribank avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor Justo por meio do Resultado”.

O Ouribank não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

Mensuração

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa.



Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e hierarquia do valor justo:

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Ouribank não reclassificou seus instrumentos financeiros no semestre apresentado.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

i. Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas a originação das operações de crédito).

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

j. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco constituiu provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros:

- Operações de crédito;
- Outros ativos financeiros; e
- Limites concedidos e não utilizados.



O segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente o Ouribank, possui operações em todas as carteiras (“C1” a “C5”).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução).
- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 (da resolução).

k. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O Ouribank considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, que poderá incluir:

- Medidas Judiciais;
- Óbitos;
- Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
- Operações de fiança honrada;
- Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático.



A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os ativos financeiros são baixados para prejuízo, a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação.

O Ouribank deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, são consideradas as seguintes premissas:

Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;

- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte (estudos estatísticos consideram, 3 meses de pagamento tempestivo para operações no geral e 6 meses de pagamentos tempestivos para operações reestruturadas);
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais;
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

I. Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor justo ou de realização. As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

5 Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

O Ouribank adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas. A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está demonstrado na tabela a seguir:

Modalidades e Níveis de Risco Conforme Regulamentação Anterior	A	B	C	D	E	H	Total da carteira em 31/12/2024
Total da carteira em 31/12/2024	198.852	88.106	164.302	11.805	407	685	464.157
Saldo de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 31/12/2024	(994)	(881)	(4.497)	(1.181)	(122)	(685)	(8.360)

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	R\$ mil	R\$ mil Imposto	R\$ Patrimonio Líquido
Ajuste de Suspensão de Juros da Operações de Crédito	18	(8)	10
Perda de crédito espera para operações de crédito	(788)	355	(433)
Ajuste Lucro / Prejuízo	(770)	347	(424)

Os quadros abaixo apresentam os ativos financeiros e passivos financeiros classificados de acordo as normas vigentes até 31/12/2024 e as novas categorias de mensuração de acordo a Resolução CMN 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiros	Classificação/Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Saldo em 1/1/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Disponibilidades	Caixa	Disponibilidade/Custo amortizado	604.687	-	604.687	Caixa e equivalentes de caixa ao custo amortizado
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Disponibilidade/Custo amortizado	56.553	-	56.553	Caixa e equivalentes de caixa ao custo amortizado
Operações de crédito	Operações de Crédito	Operações de crédito/Custo amortizado	232.570	-	232.570	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Títulos e Créditos a Receber	Operações de crédito/Custo amortizado	178.292	(178.292)	-	Ativo financeiro ao custo amortizado
	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(8.360)	-	(8.360)	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(31)	-	31	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Cotas de Fundo de Investimentos	Vinculados à prestação de garantias/Títulos disponível para venda	3.481	-	3.481	Ativo financeiro ao VJR
	Letras Financeiras do Tesouro	Carteira própria/Títulos disponível para venda	119.229	-	119.229	Ativo financeiro ao VJR
	Cotas de Fundo de Investimentos - Multimercado	Carteira própria/Títulos disponível para venda	90	-	90	Ativo financeiro ao VJR
	Debêntures	Carteira comprometidas/Títulos disponível para venda	7.507	-	7.507	Ativo financeiro ao VJORA
	Letras Financeiras do Tesouro	Carteira comprometidas/Títulos disponível para venda	4.905	-	4.905	Ativo financeiro ao VJORA
	Letras Financeiras do Tesouro	Vinculados à prestação de garantias/Títulos disponível para venda	536.691	-	536.691	Ativo financeiro ao VJORA
Instrumentos Financeiros	Renda Variável	Renda Variável/Títulos disponível para venda	999	-	999	Ativo financeiro ao VJR
	Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras/Custo amortizado	213.080	-	213.080	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Instrumentos Financeiros Derivativos	Instrumentos Financeiros Derivativos/Valor Justo	346.072	552.029	898.101	Ativo financeiro ao VJR
	Carteira de Câmbio	Carteira de Câmbio/Valor Justo	552.029	(552.029)	-	Ativo financeiro ao VJR
	Outros Instrumentos Financeiros	Outros Instrumentos Financeiros/Custo amortizado	9.796	178.261	188.057	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Total		2.857.590	-	2.857.590	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivos Financeiros e Patrimônio Líquido	Classificação/Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Saldo em 1/1/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e demais instrumentos financeiros	Depósitos	Depósitos/Custo amortizado	1.203.494	-	1.203.494	Passivo financeiro ao custo amortizado
	Obrigações por Operações Compromissadas	Obrigações por Operações Compromissadas/Custo amortizado	14.399	-	14.399	Passivo financeiro ao custo amortizado
	Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras/Custo amortizado	342	-	342	Passivo financeiro ao custo amortizado
	Relações Interdependências - Ordens de pagamento	Relações Interdependências - Ordens de pagamento/Custo amortizado	883.668	-	883.668	Passivo financeiro ao custo amortizado
	Instrumentos Financeiros Derivativos	Instrumentos Financeiros Derivativos/Valor Justo	166.442	-	166.442	Passivo financeiro ao VJR
	Outros Instrumentos Financeiros	Outros Instrumentos Financeiros/Custo amortizado	589.245	-	589.245	Passivo financeiro ao custo amortizado
	Total		2.857.590	-	2.857.590	

m. Ativos e Passivos fiscais diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de junho de 2020, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Os débitos tributários são constituídos com base nos passivos temporais com provisão dos tributos vigentes na data do exercício.

n. Bens não de uso próprio

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

o. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *pró rata*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

p. Permanente

(i) **Outros Investimentos** – A conta de outros investimentos está avaliada pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.

(i) **Imobilizado de Uso** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(ii) **Intangível** - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e licenças de uso que são amortizados, considerando a vida útil-econômica dos ativos intangíveis.



- (iii) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. De acordo com avaliação do Banco, concluímos que, em 30 de junho de 2025, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

q. Passivos circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e demais instrumentos financeiros

Captações no mercado aberto, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base “*pró rata*” dia.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

r. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um semestre subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes e obrigações legais** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

s. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

t. Resultado não recorrente

As políticas internas do Banco em conexão com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 consideram como resultado não recorrentes eventos que não estão relacionados com as atividades típicas da instituição, e quando não existe previsão para ocorrerem com frequência nos semestres futuros. Para o semestre de 30 de junho de 2025, não houve resultado de operações não recorrente.



6 Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Gerenciamento de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão Integrada de Riscos.

Em 23 de fevereiro de 2017, o BACEN publicou a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e do programa de teste de estresse, e a indicação do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

A declaração de apetite por risco consiste nos tipos de risco e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir, bem como a capacidade de gerenciar os riscos de forma efetiva e prudente.

A alta Administração é responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhado com o apoio do Chief Risk Officer (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado à alta Administração e orienta a tomada das medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos.

a. Controles de gerenciamento de risco

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Banco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa:

- **1ª linha de defesa** – representada por todos os colaboradores das áreas, enquanto proprietários diretos dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias em conformidade com as Políticas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Relacionamento com Cliente e o Código de Ética;
- **2ª linha de defesa** – representada pelas áreas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, responsáveis por auxiliar a primeira linha de defesa na identificação dos riscos e sua mitigação, assegurando que os processos sejam cumpridos em conformidade com as leis e regulamentos internos, zelando pelo controle dos riscos de acordo com o apetite por riscos definidos pela Diretoria Colegiada; e
- **3ª linha de defesa** – representada pela Auditoria Interna, que tem como função revisar de modo eficiente as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribuir para a qualidade e efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança das áreas por meio de uma avaliação independente, autônoma e imparcial.

O Banco utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para a mensuração de riscos.

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

- (iv) **Risco operacional** - A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.



Com o objetivo de envolver e atribuir responsabilidades aos profissionais na gestão de risco operacional, o Banco dispõe de agentes e suplentes de Compliance e Riscos em todas as áreas, permitindo a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional de maneira descentralizada, contínua e tempestiva, favorecendo uma ação compartilhada e multidisciplinar, na qual os especialistas do processo desempenhem importante papel na gestão de riscos e controles.

O Banco possui um Plano de Continuidade de Negócios a que tem como objetivo evitar interrupções de atividades e oferecer segurança aos clientes com relação à capacidade de liquidação de suas operações, além de mitigar graves perdas decorrentes de risco operacional. Esses objetivos são alcançados através do plano de continuidade de negócios, que descreve as estratégias a serem adotadas diante de incidentes e eventuais crises, considerando também os serviços relevantes prestados por terceiros.

- (v) **Risco de crédito** – É o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco do Banco.

No gerenciamento do Risco de Crédito, são utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração, acompanhamento e análise revisional, considerando as concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas, setores de atividades, porte de cliente, indicadores de inadimplência e de recuperação de crédito, coberturas securitárias e garantias. Realização de simulações de condições extremas (testes de estresse), considerando as alterações das condições de mercado e liquidez, se for o caso.

- (vi) **Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Banco adota limites de caixa mínimo, que ainda no limite dê suporte para manutenção de suas atividades normais, com plano de contingência para eventuais ocorrências de desequilíbrio monetário.

A estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, complexidade e dimensão da exposição ao risco de liquidez. O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse.

- (vii) **Risco de Mercado** - É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços das mercadorias (*commodities*).

O Controle de risco de mercado é realizado por área independentes das unidades de negócio e responsável por executar as atividades de mensuração e avaliação do risco, monitoramento dos cenários de estresse, reporte de risco para os responsáveis, e apoio ao lançamento de novos produtos com segurança.

A gestão do risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação (Bancária), de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução BCB nº 111/2021.

A Carteira de Negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, realizadas com intenção de negociação. A Carteira de Não Negociação é composta pelas operações realizadas sem a intenção de negociação.



O gerenciamento deste risco está atrelado a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garantindo que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco e supervisionado e controlado de maneira eficaz, identificando e quantificando as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo.

São utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações a exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias, prevendo os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

Este risco é administrado pelas técnicas de avaliação de riscos tradicionais, o VAR (*Value at Risk*), cenários de estresse e análise de sensibilidade. Testes de aderência (*backtest*) são efetuados regularmente a fim de se verificar a eficiência dos modelos e metodologias adotados.

b. Risco Socioambiental e Climático

Entende-se como risco social, ambiental e climático a possibilidade de ocorrência de perdas diretas e indiretas decorrentes dos danos por eles provocados. O Ouribank reconhece a existência de riscos sociais, ambientais e climáticos, os quais são considerados como um componente das diversas modalidades de risco a que está exposto.

As rotinas e procedimentos existentes no Ouribank são capazes de identificar, avaliar, gerenciar, mitigar e monitorar os riscos dos produtos, serviços, e atividades priorizadas, as quais são definidas a partir dos princípios da Relevância e Proporcionalidade.

c. Análise de sensibilidade

Para efeito da análise da sensibilidade foram realizadas três simulações em cenários distintos para as principais atividades do Banco: instrumentos financeiros e derivativos cambial “Hedge”. O efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

Cenário I	Situação considerada uma deterioração de 1%, na variável de risco, que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade;
Cenário II	Situação com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada;
Cenário III	Situação com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada.

As operações de câmbio foram recalculadas com base na soma residual das operações de câmbio do ativo e passivo, considerando sua exposição cambial em 30 de junho de 2025, aplicando as taxas de câmbio de cenários I, II e III. Os instrumentos financeiros são representados pela soma residual dos instrumentos financeiros do ativo e passivo, para metodologia de choques nas taxas de juros (SELIC, CDI, IPCA e IGPM). Abaixo são demonstradas as variações apresentadas nas carteiras para cada cenário.

Em milhares de reais	30/06/2025		
Fatores de Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Derivativos Cambiais	4.319	11.483	18.946
Instrumentos Financeiros	1.002	1.042	1.084
Total	5.321	12.525	20.030

d. Gerenciamento de capital

A alta Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do Banco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do Banco.



Com a finalidade de avaliar sua suficiência de capital, no mínimo anualmente, o Banco identifica os principais riscos aos quais estão expostos e verifica sua materialidade. Com base nestas informações, a área de gerenciamento integrado de riscos financeiros avalia a necessidade e a suficiência de capital. Adicionalmente, testes de estresse são efetuados, a fim de se verificar a suficiência de Capital em situações extremas.

Esta avaliação de adequação de capital é efetuada adicionalmente para se verificar a viabilidade de novos produtos, e simulações estratégicas, conforme demanda.

Em milhares de reais	30/06/2025
Composição do Patrimônio de Referência	
Patrimônio Líquido Consolidado	299.676
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(13.593)
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	286.083
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II (*)	16.851
Nível II	16.851
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	302.934

Os relatórios de gerenciamento de risco completo, não abrange a opinião de forma conclusiva nos relatórios dos auditores independentes, que não faz parte das demonstrações financeiras, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, está disponível no site do Banco em: <https://www.ouribank.com/sobre-nos/documentos> (não auditado).

7 Disponibilidades

	30/06/2025
Disponibilidade em Moeda Nacional	235.896
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	156.386
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.521
Total	394.803

A composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

8 Títulos e valores mobiliários

- a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado, a carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:



30/06/2025

30/06/2025							
	Nível 1					Valor de curva	Ajuste de Mercado
	Valor de mercado						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Classificação							
Ativos financeiros avaliados ao Valor Justo	4.816	-	-	-	4.816	4.816	-
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL)	26.021	101.720	180.704	321.640	630.085	629.363	722
Tipo de Instrumentos							
Ativos financeiros avaliados ao Valor Justo							
Cotas de Fundos de Imobiliário	111	-	-	-	111	111	-
Cotas de Fundo de Investimentos - Multimercado	3.708	-	-	-	3.708	3.708	-
Renda Variável	997	-	-	-	997	997	-
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL)							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	101.720	180.704	321.640	604.064	604.167	(103)
Debêntures	26.021	-	-	-	26.021	25.196	825
Total:	30.837	101.720	180.704	321.640	634.901	634.179	722
Circulante					313.261		
Não Circulante					321.640		

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC), os títulos privados, as cotas de fundo de investimento e as ações encontram-se custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Os títulos e valores mobiliários e as debêntures são ajustados a valor de mercado pelos parâmetros de cada título, como: vencimento, prazo, indexador, juros do último dia útil antes da data do balanço, com preços obtidos pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) taxa a termo, as cotas de fundos de investimentos imobiliários são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento divulgado pelo Boletim diário de informações – BDI, as cotas de fundos em participação, são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no último dia útil antes da data do balanço. As cotas de fundos imobiliários não possuem característica de fundos exclusivos (Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística).

Na data base de 30 de junho de 2025, as Debêntures foram adquiridas no período com remuneração de 100,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro – DI.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

30/06/2025

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	28.425
Rendas de títulos de renda fixa	44.463
Rendas de aplicações em fundos de investimento	250
Lucros com títulos de renda fixa	494
Prejuízos com títulos de renda fixa	(849)
Total	72.783

9 Relações interfinanceiras ao Custo Amortizado (“CA”)

30/06/2025

Pagamento Instantâneo no Banco Central do Brasil	248.744
Relações com Correspondentes	334
Total	249.078



a. Instrumentos financeiros derivativos ao Valor Justo (“VJR”)

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão, na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX) envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais. Os contratos de Non-Deliverable Forward (NDF) representam os contratos a termo sem entrega física. Os contratos a termo de NDF são negociados diretamente com outro banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato oferece a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa. Para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgadas em mercados de bolsas mais a taxa do câmbio à vista. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado. O resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado à preços de mercado. As operações em Instrumento financeiro derivativos são representadas como parte integrante da gestão de exposição e estão assim apresentadas:

30/06/2025

Nível 2		Diferecial a receber (Ativo)				
Classificação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Nocional	Garantias
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo	29.762	28.024	272.144	329.930	3.204.647	302.383
Operações de Câmbio	4.901	1.739	1.990	8.630	9.783	-
Operações de Termo NDF - Ativo	24.861	26.285	270.154	321.300	424.225	-
Futuro	-	-	-	-	2.770.639	302.383
Total	29.762	28.024	272.144	329.930	3.204.647	302.383

30/06/2025

Nível 2		Diferecial a pagar (Passivo)			
Classificação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Nocional
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo	(4.930)	(15.438)	(49.647)	(70.015)	2.088.395
Operações de Câmbio	(3.550)	(2.606)	(2.980)	(9.136)	127.235
Operações de Termo NDF - Ativo	(244)	(12.832)	(46.667)	(59.743)	12.291
Swap	(1.136)	-	-	(1.136)	32.000
Futuro	-	-	-	-	1.916.869
Total	(4.930)	(15.438)	(49.647)	(70.015)	2.088.395


b. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	<u>30/06/2025</u>
Operações de Câmbio	(445.890)
Operações em Swap	(830)
Operações em Termo <i>"Non Deliverable Forward"</i>	60.868
Operações em Mercado Futuro	263.824
Total	<u>(122.028)</u>

10 Operações de crédito ao Custo Amortizado ("CA")
a. Composição das operações de crédito

	<u>30/06/2025</u>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	243.577
Financiamentos	33.492
Financiamentos Imobiliários	21.812
Adiantamento de Contrato de Câmbio	112.086
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	58.673
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	262.089
Total	<u>731.729</u>
Circulante	645.510
Não circulante	86.219



b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

Pessoas Jurídicas	709.308
Comércio	257.083
Indústria	241.726
Atividades de Serviços Financeiros	62.238
Construção	55.288
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	37.103
Atividades Imobiliárias	16.917
Agropecuária	12.248
Transporte e Armazenagem	8.725
Eletricidade e Gás	5.090
Educação	3.008
Alimentação	2.663
Água e Esgoto	2.518
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2.375
Indústria	1.899
Saúde	427
Pessoas Físicas	22.422
Total	<u>731.729</u>



c. Composição da carteira por modalidades

	30/06/2025
Crédito Pessoal - com Consignação em Folha de Pagamento	452
Crédito Pessoal - sem Consignação em Folha de Pagamento	2.743
Home Equity	219
Conta Garantida	13.467
Capital de Giro com Prazo De Vencimento Até 365	128.669
Capital de Giro com Prazo De Vencimento Após 365	72.433
Desconto de Duplicatas	3.795
Outros Direitos Creditórios Descontados - CCI	21.798
Aquisição de Bens – Outros Bens	17
Financiamento à Exportação	22.250
Adiantamento Sobre Cambiais Entregues-Acc	90.940
Adiantamento Sobre Cambiais Entregues-Ace	21.146
Financiamento À Importação	11.242
Financiamento Habitacional – Exceto Sfh	21.812
Recebíveis Adquiridos - Imobiliários	15.876
Recebíveis Adquiridos - Fci Internacional	31.232
Recebíveis Adquiridos - Scf Internacional	78.377
Recebíveis Adquiridos - Scf Nacional	135.929
Outros com Característica de Crédito - ACE	658
Nota Crédito Comercial	58.674
Total	731.729

d. Composição da carteira, situação e faixa de vencimento

	30/06/2025						
Descrição	C1	C2	C3	C4	C5	Saldo Contábil	% Sobre Total Geral
Ativos não problemáticos							
Até 14 dias de atraso	135.223	304.713	88.335	137.219	15.506	680.996	93,07%
De 15 a 30 dias de atraso	1.398	1.526	-	-	1.209	4.133	0,56%
De 31 a 60 dias de atraso	8.695	-	1.358	-	581	10.634	1,45%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	-	114	114	0,02%
	145.316	306.239	89.693	137.219	17.410	695.877	
Ativos problemáticos inadimplidos							
De 121 a 150 dias de atraso	1.409	-	4.170	-	3	5.582	0,76%
De 151 a 180 dias de atraso	2.915	-	-	-	1	2.916	0,40%
De 181 a 210 dias de atraso	9.005	17.678	-	-	-	26.683	3,65%
De 241 a 270 dias de atraso	-	-	-	-	8	8	0,00%
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	-	-	2	2	0,00%
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	-	-	1	1	0,00%
Acima de 360 dias	-	-	658	-	2	660	0,09%
	13.329	17.678	4.828	-	17	35.852	
Total	158.645	323.917	94.521	137.219	17.427	731.729	100%



e. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

							30/06/2025
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Esperadas Adicionais	Perdas Esperadas Incorridas	Total Perda Esperada
C1	Ativos não problemáticos	135.223	10.093	145.316	(1.893)	-	(1.893)
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	13.329	13.329	(440)	(2.275)	(2.715)
C2	Ativos não problemáticos	304.714	1.526	306.240	(4.266)	-	(4.266)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	17.678	17.678	(53)	(7.107)	(7.160)
C3	Ativos não problemáticos	88.335	1.358	89.693	(1.678)	-	(1.678)
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	4.828	4.828	(177)	(2.643)	(2.820)
C4	Ativos não problemáticos	137.218	-	137.218	-	(2.607)	(2.607)
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	15.506	1.904	17.410	(295)	-	(295)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	17	17	(233)	-	(233)
Total		680.996	50.733	731.729	(9.035)	(14.632)	(23.667)

f. Resultado das operações de crédito

30/06/2025

Operações de Crédito

Rendas de Empréstimos	19.227
Rendas de direitos Creditórios	3.912
Rendas de Financiamentos	347
Rendas de Financiamentos de Moedas Estrangeiras	1.167
Rendas de Financiamentos Habitacionais	1.682

Outras Despesas Com Características de Crédito

Descontos concedidos em renegociação	(106)
Variação cambial sobre aquisição de recebíveis mercado internacional	(2.100)

Total	<u>24.129</u>
--------------	----------------------



g. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldo no Início do Semestre	<u>(8.360)</u>
Reversão da provisão para perdas esperadas	8.176
Constituição da provisão para perdas esperadas	(23.483)
Saldo no Final do Semestre	<u>(23.667)</u>

h. Garantias

O saldo refere-se a carteira de crédito em garantias de 92% pelos seguintes instrumentos: seguros de crédito, garantias fidejussórias, alienação fiduciária e cessão de direitos creditórios de aplicações financeiras de renda fixa e variável.

11 Outros ativos financeiros ao Custo Amortizado (“CA”)

	<u>30/06/2025</u>
Serviços Prestados a Receber	1.294
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	293
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	3.142
Devedores por Depósitos Em Garantia	145
Impostos e Contribuições a Compensar	470
Títulos e Créditos a Receber Sem Característica	579
Devedores Diversos - Pais	22
Total	<u>5.945</u>

a. Resultado de operações de câmbio

	<u>30/06/2025</u>
Resultado com Variação Cambial	329.164
Resultado com Bancos no exterior	170.019
Resultado com Ordem a cumprir	155.553
Outras Despesas	(85)
Total	<u>654.651</u>



12 Ativos fiscais diferidos

	30/06/2025
Crédito Tributário ^(a)	29.689
Total	29.689

a. Créditos tributários

Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias. Caracterizam-se como diferenças temporárias as despesas apropriadas no semestre e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real. A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento das operações em data futura.

b. Movimentação de crédito tributário de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024			30/06/2025
Crédito Tributário	Total do Ativo	Constituição/Reversão	Realização	Total do Ativo
Títulos e valores mobiliários	200	-	(200)	-
Operações em Swap	500	431	-	931
Prejuízo Fiscal	-	3.413	-	3.413
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3.775	6.875	-	10.650
Provisões para contingência	587	-	(279)	308
Remuneração	12.284	2.103	-	14.387
Provisão para outros pagamentos	14	-	(14)	-
Total	17.360	12.822	(493)	29.689

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram no valor de R\$ 29.689. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 25.060 descontadas a taxa de média da Selic projetada.

O monitorando as suas estimativas e julgamentos contábeis, bem como as políticas contábeis relacionadas. No semestre de 30 de junho de 2025, não há créditos tributários não ativados.



c. Realização de crédito tributário

A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento de cada operação ou expectativa de realização futura com liquidação e baixa dos ativos, conforme demonstrado:

Realização - Crédito Tributário	2025	2026	Total
Operações em Swap	931	-	931
Prejuízo Fiscal	3.413	-	3.413
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3.762	6.888	10.650
Provisões para contingência	308	-	308
Remuneração	12.065	2.322	14.387
Provisão para outros pagamentos	-	-	-
Total	20.479	9.210	29.689

13 Outros valores e bens

	30/06/2025
Ativo em Ouro	3.569
Despesas Antecipadas	2.059
Seguros a Apropriar	609
Outros Valores e Bens	451
Total	6.688

14 Imobilizado de uso

	30/06/2025		
	Custo	(-) Depreciações Acumuladas	Valor Residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.944	(1.243)	701
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	968	(546)	422
Sistemas de Processamento de Dados	6.245	(4.077)	2.168
Total	9.157	(5.866)	3.291

15 Intangível

	30/06/2025		
	Custo	(-) Amortização Acumulada	Valor Residual
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	21.462	(7.868)	13.594
Total	21.462	(7.868)	13.594



16 Passivos financeiros ao Custo Amortizado (“CA”)

a. Depósitos ao Custo Amortizado (“CA”)

	30/06/2025			
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano
Depósitos à vista	224.316	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	56.585	-	-	-
Depósitos a prazo – Pré fixado	-	6.302	3.688	54.411
Depósitos a prazo – Pós fixado	-	20.431	24.110	617.839
Contas correntes em moedas estrangeiras	47.375	-	-	-
Total	328.276	26.733	27.798	672.250
				1.055.057

b. Despesas com Captação

	30/06/2025
Depósitos Interfinanceiros	(1.628)
Depósitos a Prazo	(72.439)
Operações Compromissadas	(373)
Letras de Crédito Imobiliário	(690)
Letras Financeiras	(1.078)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(1.215)
Repasse Interfinanceiros	(1.134)
Total	(78.557)

17 Obrigações por operações compromissadas ao Custo Amortizado (“CA”)

	30/06/2025	
	Até 3 meses	Total
Letra Financeira do Tesouro	22.112	22.112
Debêntures	21.494	21.494
Total	43.606	43.606



18 Outros instrumentos de dívida ao Custo Amortizado (“CA”)

			30/06/2025
	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Letra de Crédito Imobiliário - Pré	11.819	-	11.819
Letra de Crédito Imobiliário - Pós	3.151	-	3.151
Letra Financeira Subordinada	-	16.851	16.851
Total	14.970	16.851	31.821

19 Relações interfinanceiras ao Custo Amortizado (“CA”)

O saldo refere-se a conta de correspondentes de R\$ 300, sendo esse montante classificado como circulante.

20 Relações interdependências - Ordens de pagamento ao Custo Amortizado (“CA”)

As ordens de pagamento no exterior a cumprir totalizou R\$ 327.437, sendo esse montante classificado como circulante.

21 Outros passivos financeiros ao Custo Amortizado (“CA”)

	30/06/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos	21.295
Instituições do Mercado	3.482
Pessoas Físicas e Jurídicas	133.060
Sociedades Ligadas	1.521
Provisão de Pessoal	84.821
Credores Diversos - Exterior	31.232
Credores Diversos - País	56.277
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	41.585
Impostos e Contribuições Estaduais, Municipais e Federais	18.285
Outros	570
Total	392.128

22 Outras provisões

As provisões reconhecidas no período estão representadas por ações tributárias, cíveis e trabalhistas com base na opinião de seus assessores jurídicos. Para os processos classificados como prováveis a administração considera uma expectativa de desembolso para o próximo ano de R\$ 126.



	31/12/2024		30/06/2025			
	Quantidades	Saldo Final	Constituição/ (Reversão)	Atualização	Saldo Final	Quantidades
Risco provável						
Trabalhista	3	985	(721)	14	250	3
Cíveis ⁽¹⁾	26	319	258	144	433	17
Total	29	1.304	(463)	158	683	20

	31/12/2024		30/06/2025	
	Quantidades	Valor em risco	Quantidades	Valor em risco
Perda Possível				
Tributário ⁽²⁾	5	267.739	5	274.768
Cíveis	58	2.309	45	2.426
Trabalhista ⁽³⁾	4	1.546	7	1.742
Total	67	271.594	57	278.936

- (1) As provisões e contingências decorrem, de pleitos indenizatórios de natureza cível, decorrentes dos produtos bancários cujos valores são ajustados diante das decisões proferidas nos processos e diante de depósito em garantia de execução, quando este é realizado.
- (2) As perdas avaliadas como possível são decorrentes de duas ações anulatórias de débito fiscal com pedido de tutela antecipada distribuídas pelo Fundo de Investimento Imobiliário Península (Fundo), por meio do seu administrador, Ouribank, após o esgotamento dos recursos na esfera administrativa (autos P.A. nº 16327.720078/2011-62 e 16327.721226/2013-28), com a finalidade de anular os respectivos autos de infração lavrados para exigência de créditos tributários de PIS e de COFINS, exigidos pela Receita Federal em decorrência de uma interpretação ampliada do artigo 2º da Lei nº 9.779/99 que determina a aplicação do regime de tributação das pessoas jurídicas, em detrimento da tributação específica aplicável a fundos de investimento imobiliário (tratada na Lei nº 8.668/93). O Ouribank mantém o acompanhamento e a anotação do risco, tendo em vista que existe, uma vez perdida a ação, o risco de que o suposto débito do Fundo seja cobrado também do Ouribank, mediante invocação da tese da solidariedade do administrador. Não obstante, a exigibilidade do crédito está suspensa por decisão judicial e há seguro garantia nº 0230052020000107750000093, emitida por BTG PACTUAL SEGUROS S.A. e contratado pelo referido Fundo. Há, ainda, outras três ações de natureza tributária que em razão de decisões, foram classificadas como possíveis.
- (3) As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, entre outros. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

23 Obrigações fiscais diferidos

	30/06/2025
Obrigações Fiscais Diferidos ^(a)	155.257
Total	155.257

a. Obrigações fiscais diferidas

	30/06/2025	
Débito Tributário	Constituição/Reversão	Realização
Marcação a Mercado - DI/DDI	3.422	(1.576)
Termos em NDF	105.144	(1.843)
Marcação a Mercado - Ativos Financeiros	325	-
Marcação a Mercado - Derivativos	49.785	-
Total	158.676	(3.419)



24 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2025</u>
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação	192.948
Participação no lucro	(1.962)
Adições	
Despesas indedutíveis	1.307
Despesas com passivos contingentes	443
Swap	831
Remunerações	5.160
Marcação a Mercado - DI/DDI	3.503
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	14.719
Exclusões	
Termos em NDF	(112.824)
Marcação a Mercado - Derivativos	(112.075)
Base de calculo para Contribuição Social	(7.950)
Bônus	1.857
Licença paternidade	47
Base de cálculo para Imposto de Renda	(6.046)
Prejuízo Fiscal do Período	(6.046)

25 Patrimônio líquido

a. Capital

O Capital Social está em R\$ 111.000 dividido em 6.824.602 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.412.301 ordinárias e 3.412.301 preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2025, constituiu reserva legal no valor de R\$ 2.659 totalizando R\$ 22.200.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em cumprimento a carta circular BACEN nº 3.935 - 25/02/2019, os juros sobre o capital próprio são reconhecidos em contas de patrimônio líquido quando são aprovados pelos acionistas do Ouribank. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do período, até que essa reserva atinja 20% do capital social.



O eventual saldo remanescente de lucro líquido dos anos será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o montante de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 25.486.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizada para absorver os prejuízos acumulados, quando houver. Em 30 de junho de 2025, as destinações de reservas especiais de lucros foram de R\$ 76.455.

e. Outros resultados abrangentes

O saldo em resultados abrangentes no valor de R\$ 398, refere-se ao ajuste líquido do valor de mercado dos títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com contrapartida adequada em conta patrimonial.

26 Receitas de prestação de serviços

	<u>30/06/2025</u>
Tarifas de Operações de Câmbio	13.944
Tarifas de Operações de Serviço	6.640
Administração de fundo de investimento	4.301
Outras Receitas	997
Total	<u>25.882</u>

27 Despesas de pessoal

	<u>30/06/2025</u>
Remuneração	(62.910)
Encargos	(17.818)
Benefícios	(12.059)
Treinamento	(244)
Total	<u>(93.031)</u>



28 Outras despesas administrativas

30/06/2025

Água Energia e gás	(187)
Alugueis	(2.768)
Comunicações	(1.025)
Contribuições Filantrópicas	(1.268)
Manutenção e Conservação de Bens	(319)
Processamento de Dados	(21.845)
Promoções e Relações Publicas	(200)
Propaganda e Publicidade	(295)
Publicações	(48)
Seguros	(837)
Serviços do Sistema Financeiro	(14.693)
Serviços de Terceiros	(161.784)
Serviços de Vigilância e Segurança	(9.255)
Serviços Técnicos Especializados	(27.661)
Transporte	(115)
Viagem ao Exterior	(21)
Viagem no Pais	(219)
Outras Despesas Administrativas	(2.723)
Amortização	(2.181)
Depreciação	(459)

Total

(247.903)

29 Despesas tributárias

30/06/2025

Despesa com COFINS	(30.052)
Despesa com PIS	(5.061)
Despesa com ISS	(1.158)
Outros Tributos estaduais, municipais e federais	(2.325)

Total

(38.596)



30 Outras receitas/Despesas operacionais

	<u>30/06/2025</u>
Resultado com Exportações	4.988
Resultado com Variação Cambial	(926)
Recuperação de Encargos e Despesas	1.189
Rendas de Aplicações no Exterior	460
Resultado de Ativos Não Financeiros	5.521
Riscos Operacionais	(671)
Outras Receitas	1.189
Total	<u>11.750</u>

31 Limites operacionais - Acordo de Basileia

As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 8% mais adicional de Capital Principal de 2,50% do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central do Brasil, objetivando fazer frente aos riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez.

<u>Limites operacionais - Acordo de Basileia</u>	<u>30/06/2025</u>
Patrimônio de referência	302.934
Patrimônio de referência exigido	127.428
Parcela de risco de crédito	52.508
Parcela de risco de mercado	37.471
Parcela de risco operacional	37.449
Total do ativo ponderado pelo risco	1.592.850
Índice de Basileia	19,02%



32 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05 (R1). Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Ouribank e demais empresas ligadas. Os principais saldos e resultados das transações com partes relacionadas foram:

Partes Relacionadas		30/06/2025	
		Ativos /(Passivos)	Receitas/(Despesas)
Pessoa Física	Depósito a vista	593	-
Pessoa Física	Certificado de Depósito Bancário	119.881	-
Pessoa Física	Letra de Crédito Imobiliário	1.875	-
Ourinvest Investimentos - Holding Financeira LTDA.	Depósito a vista	5	-
Ourinvest Investimentos - Holding Financeira S.A.	Depósito a vista	89	-
Global Power Pagamentos Digitais LTDA	Operações	(17)	1
Global Power Pagamentos Digitais LTDA	Debêntures	1.276	-
Global Power Pagamentos Digitais LTDA	Certificado de Depósito Bancário	6.553	-
Ourinvest Investimentos - Participações E Empreendimentos S.A.	Certificado de Depósito Bancário	285	-
Ourinvest Participações S/A	Certificado de Depósito Bancário	361	-
Sphere Holding S.A	Depósito a vista	100	-
Sphere Holding S.A	Certificado de Depósito Bancário	1.134	-
Sphere Holding S.A	Valores a pagar	463	-
Total		132.597	1

Outras partes relacionadas - pessoal-chave da administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores totalizou R\$ 15.740. O Ouribank não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

33 Administração de recursos de terceiros

O Ouribank é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos de terceiros cujo ativo total em R\$ 10.292.734 registrado em contas de compensação. Em 30 de junho de 2025, possuía cotas do fundo imobiliários do Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística que não possuem característica de fundos exclusivos.

34 Outras informações

- Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 1.995.094.
- A cobertura de seguros contratados considera os riscos corporativos de R\$ 20.000; seguro para operações de crédito de R\$ 252.875, riscos de ocupação de R\$ 17.740, seguros de veículos de R\$ 186, seguro cibernético de R\$ 7.000 e seguro patrimonial de R\$ 75.303.
- Não temos por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.
- Os avais e fianças vinculadas a contratos de licitações em garantia de R\$ 28.780, com a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 514.



35 **Eventos Subsequentes**

Para o semestre de 30 de junho de 2025, não houve eventos subsequentes.

Nessim Abadi
Diretor Responsável pela contabilidade

Márcio Felician Bravi
Contador CRC 1SP-291607/O-0